

**ANTROPOLOGIA DO ATIVISMO: NOTAS SOBRE MEMÓRIA E
CONTEMPORANEIDADE DO ATIVISMO EM HIV/AIDS NA PARAÍBA**

***Anthropology of Activism:
Notes on Memory and Contemporary Activism in HIV/AIDS in Paraíba***

***Antropología del activismo: notas sobre la memoria y el activismo
contemporáneo en VIH/SIDA en Paraíba***

Maio Spellman Quirino de Farias
Doutorando em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
E-mail: msqf@academico.ufpb.br

Mónica Franch
Doutora em Antropologia, Docente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
E-mail: monicafranch@gmail.com

Áltera, João Pessoa, Número 18, 2024, e01807, p. 1-25.

ISSN 2447-9837



RESUMO:

Este ensaio surge a partir da pesquisa doutoral em Antropologia intitulada “**ESSE ATIVISMO É DE TODOS NÓS**”: **ATIVISMO, MEMÓRIA E IDENTIDADE DO MOVIMENTO SOCIAL EM HIV/AIDS NA PARAIBA**. A referida pesquisa aborda o ativismo em HIV/aids na Paraíba na atualidade, inserido num cenário de cronificação da doença e de crise sanitária em virtude da pandemia da Covid-19. A pesquisa de campo é qualitativa, em que a produção de dados se dá por participação em atividades do movimento, entrevistas com roteiro semiaberto, análise dos dados através das práticas discursivas, delineamento de categorias, associação de ideias e interanimação dialógica. Neste ensaio, tratamos o ativismo atual em HIV/aids a partir de uma interface entre conceitos básicos de Turner, Ingold e Fabian, respectivamente Experiência vivida, trazer as coisas de volta à vida e tempo e temporalidade. O ensaio buscou responder (1) se o ativismo em HIV/aids enquadra-se numa experiência vivida; (2) se o ativismo em HIV/aids traz as coisas de volta à vida; e (3) qual o impacto geracional sobre o ativismo.

PALAVRAS-CHAVE: Aids. Ativismo. Tempo. Antropologia.

ABSTRACT:

This essay arises from a doctoral research in Anthropology entitled “*This activism belongs to all of us*”: *memory and identity of the anti-AIDS movement in Paraíba*. This research addresses HIV/AIDS activism in Paraíba today, within a scenario of chronic disease and health crisis due to the Covid-19 pandemic. Field research is qualitative, in which data production takes place through participation in activities of the movement, interviews with a semi-open script, data analysis through discursive practices, delineation of categories, association of ideas and dialogical interanimation. In this essay, we treat current HIV/AIDS activism from an interface between basic concepts found in Turner, Ingold and Fabian, respectively lived experience, bringing things back to life, and time and temporality. The essay sought to answer (1) if HIV/AIDS activism fits into a lived experience, whether (2) if HIV/AIDS activism brings things back to life; and (3) what is the generational impact on activism.

KEYWORDS: AIDS. Activism. Time. Anthropology.



RESUMEN:

Este ensayo surge de una investigación de doctorado en Antropología titulada “*Este activismo nos pertenece a todos*”: memoria e identidad del movimiento anti-SIDA en Paraíba. Esta investigación aborda el activismo VIH/SIDA en Paraíba hoy, en un escenario de enfermedad crónica y crisis sanitaria debido a la pandemia de Covid-19. La investigación de campo es cualitativa, en la que la producción de datos se da a través de la participación en actividades del movimiento, entrevistas con guión semiabierto, análisis de datos a través de prácticas discursivas, delimitación de categorías, asociación de ideas e interanimación dialógica. En este ensayo, tratamos el activismo actual contra el VIH/SIDA desde una interfaz entre conceptos básicos de Turner, Ingold y Fabian, respectivamente experiencia vivida, devolver las cosas a la vida y tiempo y temporalidad. El ensayo buscaba responder (1) si el activismo contra el VIH/SIDA encaja en una experiencia vivida; (2) si el activismo contra el VIH/SIDA devuelve la vida a las cosas; y (3) cuál es el impacto generacional en el activismo.

PALABRAS CLAVE: SIDA. Activismo. Tiempo. Antropología.



INTRODUÇÃO

Desenvolvemos esta pesquisa para o programa de Doutorado em Antropologia com o objetivo de investigar as seguintes questões: Quais as formas de organização atual do ativismo antiaids? Quais seus desafios e impasses? Qual sua articulação com outros movimentos nacionais e locais e sua área de influência? Como se dá sua relação com o Estado? Como percebe a memória? Qual a sua identidade? Mapeando o campo, cheguei a uma relação, por indicação da Gerência Estadual de ISTs¹/aids, de 19 ONGs em funcionamento em João Pessoa e Campina Grande no estado da Paraíba. Entre setembro e novembro de 2022, circulamos pelo campo para agendamento da apresentação da pesquisa.

Traremos aqui o campo etnográfico representado pelas seguintes entidades: **A Associação das Prostitutas da Paraíba – Aprosp** (data da fundação: 04/07/2001. Composição da atual diretoria: 6 cargos. Número de sócias: 327. Abrangência: estadual. Objetivos: organizar e lutar pelos direitos das prostitutas. Rede social: instagram-@aprospb); **o Centro de Orientação e Desenvolvimento de Luta pela Vida – Cordel Vida** (data da fundação: 22/02/2005. Composição da atual diretoria: 3 cargos. Abrangência: estadual. Objetivos: promover e defender direitos humanos das Pessoas vivendo com HIV/Aids, doravante denominadas de PVHA. Rede social: Instagram-@cordelvida/FB-@cordelvidaparaiba); **o Grupo de Apoio à Vida – GAV** (data da fundação: 12/03/1994. Composição da atual diretoria: coordenador geral e adjunto. Número de sócios: 250 famílias. Abrangência: região metropolitana de Campina Grande/19 cidades. Objetivos: atenção às PVHA, prevenção e assistência. Rede social: Instagram-@gav); e **o Grupo de Mulheres Lésbicas Maria Quitéria** (Fundado em 2002. Rede social: Instagram-@maria.quiteria.pb), além de uma ex-ativista do GAV e o ex-gestor municipal.

Além de um aspecto documental, trata-se de uma pesquisa de campo qualitativa, na qual a produção de dados se dá por participação em atividades do movimento, entrevistas com roteiro semiaberto, análise dos dados através das práticas discursivas, delineamento das categorias, associação de ideias e interanimação dialógica. Esta pesquisa teve dois momentos, o pandêmico e o pós-pandêmico, iniciando-se no pico de contaminação e óbitos e estendendo-se até o momento atual, situações estas que trouxeram diferentes possibilidades de campo.

O artigo apresenta o campo etnográfico da pesquisa, a história do Grupo de

1 Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) são causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos. A terminologia IST passou a ser adotada para substituir a expressão “doença sexualmente transmissível”(DST) porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo estando assintomática.



Apoio à Vida-GAV, de Campina Grande, da qual fui membro, trata do ativismo atual em HIV/aids a partir de uma interface entre os antropólogos Victor Turner, Tim Ingold e Johannes Fabian e encerra com uma breve reflexão sobre o ativismo atual na Paraíba, que se ressignifica diante dos desafios da conjuntura nacional e do COVID-19.

I – TRANSITANDO PELO CAMPO ETNOGRÁFICO

A luta antiaids maturou a criação de Organizações Não Governamentais (ONGs) e estas, por sua vez, se confundem com o avanço das descobertas sobre a doença e com a epidemiologia relacionada à notificação dos casos e melhoria da qualidade de vida das PVHA. Para Câmara e Lima (2000, p. 39), “com o crescente aumento da epidemia, foi inevitável o surgimento de ONGs com o propósito de trabalhar especificamente com aids”. Uma das pautas do movimento foi a parceria entre Estado-ONGs/aids. A década de 1990-2000 apontou para transformações. A solidariedade institucional calcada no modelo caritativo/voluntário, permeado pelo sentimento de nobreza da causa, esgotou-se, tornando necessária a parceria entre Estado e ONGs, que fortaleceu o terceiro setor em HIV/aids e essa nova configuração, e demarcou e estabeleceu possibilidades de ações que fizeram frente à aids e, conseqüentemente, modelaram ativismos e identidades. O campo das ONGs/aids implicava o reconhecimento dos espaços e dos perfis de atuação enquanto modelos de ação não governamental que agregavam política pública, além de estar na condição de protagonismo sorológico e experiência qualificada, na qual soronegativos ocupavam uma posição subalterna nas ações de campo, e era marcado pelo trânsito dos ativistas por outros campos de atuação e instituições, constituindo um ativismo conectado com outros movimentos sociais e ações institucionais. Havia o reconhecimento da vivência enquanto PVHA como experiência singular de vida para o ativismo, porém a solidariedade, junto ao saber acumulado sobre o tema da aids, é o capital social que legitimaria o soronegativo enquanto ativista (Carvalho, 2012).

A resposta paraibana à epidemia do hiv/aids deu-se de modo tardio no campo das ONGs/aids; havia, contudo, resistência não institucional. O primeiro caso na Paraíba data de 1985 e aqui se identifica que o ativismo era de base. As primeiras ONGs foram em sua maioria fundadas na segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000, ou seja, na virada para o século XXI. O movimento na Paraíba fazia articulações nacionais, sendo estimulado pelo que já acontecia em outros centros, participando, por exemplo, do “Vivendo”, promovido pela ONG “Pela Valorização, integridade e dignidade do doente de aids-Pela Vidda”, do Rio de Janeiro e Niterói.



A primeira ONG/aids no estado da Paraíba é o Grupo de Apoio à Vida (GAV), criado em 1994 na cidade de Campina Grande tendo como eixo ativista a Aids. As ONGs mais antigas estão em João Pessoa: o Movimento do Espírito Lilás (MEL), fundado em 1992 com o eixo voltado pra o público homossexual, e a Associação de Prevenção à Aids (Amazona), fundada em 1998, voltada para às profissionais do sexo. Na década de 1990, existia a União de Voluntários de Apoio ao Soropositivo (Uvas),² considerada a pioneira das ONGs, com atuação no Hospital de referência Clementino Fraga, que funcionou até o início dos anos 2000. Mapeando o campo, cheguei a uma relação de 19 ONGs em funcionamento, em João Pessoa e Campina Grande, por indicação da Gerência Estadual de ISTs. Ao longo da pesquisa, a relação mudou por vários motivos, mas principalmente porque algumas ONGs fecharam e também porque era uma relação de organizações que executavam projetos do edital do estado, de modo que ONGs em funcionamento, mas que não participavam do edital, não entraram na relação.

Entre setembro e novembro de 2022, circulamos pelo campo para agendamento da apresentação da pesquisa.³ Em João Pessoa de modo presencial e, em Campina Grande e demais cidades, de modo online. O fato marcante foi uma apresentação coletiva para as ONGs Apros, Aspttrans,⁴ Cordel Vida e MEL, além da coordenadora da Pesquisa, Profa. Dra. M. Franch, realizada dia 21 de outubro de 2022, às 15h, na sede do Cordel. Foi um momento importante porque, do ponto de vista pessoal, rompi com impasses, senti-me de volta à temática e também porque, ao apresentar a pesquisa, as ONGs deram sugestões e suscitaram debates. No campo virtual, apresentei a pesquisa para ONGs de Campina Grande, Cipmac⁵ e GAV, e para o Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria (GMLBMQ),⁶ de João Pessoa. Com o tempo, o campo etnográfico ficou composto por Apros, Cordel Vida, GAV e o GMLBMQ.

O ativismo antiaids na Paraíba na atualidade insere-se num cenário de cronificação da doença (pós-coquetel) e é caracterizado por uma conjuntura de crise política, econômica e sanitária em virtude da pandemia da Covid-19.⁷ O movimento

2 Coletivo fundado nos fins dos anos 1990 atualmente inativo.

3 Ainda em 2021 circulamos via Google Meet, em virtude da pandemia da COVID-19, mantendo contatos iniciais.

4 Associação de Pessoas Travestis, Transexuais e Transfeministas da Paraíba, derivada da Associação das Travestis da Paraíba (Astrapa), fundada em 2002. O primeiro post do instagram data de 2019.

5 Centro Informativo de Prevenção, Mobilização e Aconselhamento aos Profissionais do Sexo de Campina Grande (CIPMAC), fundado em 1989.

6 O Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria (GMLBMQ), fundado em 2002, é uma associação de mulheres voltada para o trabalho de equidade de gênero e cidadania das mulheres, com foco nas mulheres lésbicas e bissexuais, sem fins lucrativos e econômicos.

7 Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma pandemia. Ao todo, sete coronavírus humanos (HCoVs) já foram identificados, e esse novo coronavírus, que no início foi temporariamente nomeado 2019-nCoV, recebeu o nome de SARS-CoV-2,



também é impactado pela questão geracional de ativistas que foram deixando a luta, de modo que o vazio militante é hoje maior do que a renovação dos quadros de lideranças, conforme indicam pesquisas iniciais de campo.

As primeiras incursões no campo apontaram para três fatores: (i) a pandemia da covid-19 impactou as PVHA no sentido de que muitos não fizeram rotina médica, além de também diminuir as atividades das ONGs; (ii) ao longo do tempo houve redução de recursos em virtude da diminuição de lançamento de editais de projetos residuais; e (iii) houve fortes consequências da pós-cronificação da doença: estagnação do processo de renovação de lideranças, proliferação de um ativismo digital, fim e desmonte das ONGs dedicadas à HIV/aids, aumento do assistencialismo, a invisibilidade do movimento na Paraíba e a consolidação de um ativismo de resultado, sob demanda e não combativo, neste período.

Em virtude de toda a conjuntura supracitada, encontrei um campo fragmentado, mas não combalido. Encontrei um campo preocupado com a crise causada pela Covid-19 e pela conjuntura necropolítica que se abateu sobre o país, como política institucional de um governo federal que congelou a agenda dos direitos humanos, dos direitos sexuais e a agenda de pautas da população LGBTQIAPN+, entre outras, por quatro anos. Não obstante, o movimento mostrava-se aberto a novas pesquisas.

Foi um campo de impasses e desafios. Primeiro, a Covid-19 inibiu a participação de instituições e restringiu a circulação física. Fiz muitas atividades virtuais, primeiras interlocuções e participações em eventos. Em paralelo, algumas ONGs não participaram e, no caso das ONGs LGBTQIAPN+, o próprio campo avalia que a pauta aids, nestas instituições, encontra-se numa prateleira menos prioritária. A prioridade, pertinente e relevante, é a luta pelos direitos humanos da população LGBTQIAPN+ a luta contra a homofobia, transfobia, preconceito, estigma e discriminação. Um dado concreto nas entrevistas realizadas é o de que o governo Bolsonaro, com sua agenda conservadora e reacionária na pauta dos valores e costumes, aparece como um marco temporal importante, sendo o momento mais ameaçador dentro das várias ameaças que já vinham sendo percebidas pelo movimento.

O advento da Covid-19 aparece como mais uma volta no parafuso das dificuldades. As atividades das ONGs diminuíram ou foram suspensas, o tratamento ambulatorial ficou restrito e a entrega de medicação foi suspensa. No entanto, as secretarias estaduais e municipais de saúde e o movimento aids como um todo criaram mecanismos para não interromper totalmente o fluxo de atendimento, cuidado e prevenção à discriminação dirigida àquelas pessoas, mesmo diante das dificuldades crescentes em âmbito nacional.

responsável por causar a doença COVID-19. Fonte: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 23 out. 2024.



II – RESSIGNIFICANDO A HISTÓRIA DO ATIVISMO EM HIV/AIDS NA PARAÍBA A PARTIR DO GRUPO DE APOIO À VIDA (GAV)

Ano de 1994: um grupo de estudos, autônomo e sem vinculação com pesquisas acadêmicas, que fazia reuniões na Paróquia de São Cristóvão em Campina Grande e se dedicava à compreensão de “uma doença nova”, tomou conhecimento de que uma PVHA havia sido expulsa de um hospital da cidade. O doente era parente de um integrante do grupo, mas o fato atingiu a todos nós. Foi daí que surgiu a necessidade da criação do Grupo de Apoio à Vida (GAV), uma organização não governamental dedicada a cuidar das PVHA e à prevenção da HIV/aids, tornando-se a primeira ONG/aids da Paraíba.

Eu estava inserido naquele contexto, e por lá fiquei até meados de 2004. Recém-formado em psicologia infantil, eu havia sido convidado para atender voluntariamente crianças com hiv. Adentrei o movimento, participei de treinamentos e eventos, conheci técnicos de outras ONGs, usuários ativistas ou não, protestei nas ruas, formulei políticas públicas em hiv/aids, fui solidário, compartilhei amores, desamores, sonhos e ilusões, sejam meus ou dos usuários da ONG/aids. Liberei corpos, sepultei e velei caixões de zinco. Notícias davam conta de que eu era doente de Aids: família em pânico. Explicações e mais explicações. Por que estar inserido num movimento que não era meu? E por que este movimento não era meu? Qual movimento seria o meu? Precisaria ter hiv no sangue? Qual o lugar da luta ou de lutas no movimento da minha vida? Estar vivo é lutar. A luta não era apenas por políticas públicas em HIV/aids. A luta era por solidariedade, pelo fim do preconceito e pelo fim de todas as formas de opressão, institucionais ou não. Através do movimento eu percebi o quanto somos opressores de nós mesmos. Ratificamos aqui a nova leitura do mandamento “não matarás”, o quinto, feita por Pelbart (2000, p. 247): “farás tudo para que o outro viva”. Um princípio de humanidade.

O GAV legitimou-se como movimento social porque desde sempre atuou simultaneamente nas dimensões contestadoras, solidárias e propositivas. Contestou quando tomava as ruas exigindo mais leitos para pessoas vivendo com HIV, assumiu a dimensão solidária quando seus membros faziam cotas para que pessoas vivendo com pudessem se deslocar de ônibus para as consultas médicas, e se mostrou propositivo ao participar de reuniões com representantes de órgãos governamentais responsáveis pela condução de políticas antiaids. Posteriormente, em meados de 1999, após ter aderido à forma organizativa oriunda da parceria Estado/ONG, através do empréstimo Banco Mundial para o Ministério da Saúde,⁸ chamado AIDS I, o GAV transitou das ruas para os gabinetes. Houve, portanto, uma mudança nas ONGs, que

8 Através de parcerias com organismos internacionais, o Ministério da Saúde executou três projetos: AIDS I/1993-1998, AIDS II/1998-2003 e AIDS III/2003-2006.



substituíram um ativismo caritativo/voluntário/utópico e preconizador da mudança da qualidade de vida da PVHA (sendo o GAV instrumento disso) para um modelo que assumia um ativismo pragmático/semiempresarial, calcado na parceria Estado/ONG.

A cronificação da doença, que se deu através da medicalização como um instrumento de tratamento por parte da biomedicina, decorrente dos avanços das pesquisas em torno da doença, catapultadas pelo movimento que lutava pelo atendimento universal, criou por volta de 1996 a abordagem da “bala mágica”,⁹ concentrada no gerenciamento da cadeia de fornecimento e distribuição de medicamentos, emaranhando gente-doença-política e a dinâmica de mercado. Pensar o movimento nesta conjuntura de crise é recorrer a um arcabouço teórico capaz de conhecer, refletir e dar respostas. Atualmente, o movimento aponta para uma crise marcada por menos recursos, fechamento de ONGs tradicionais, menos ações e com menor potencial de visibilidade (que igualmente afeta a menor visibilidade da doença), além do fechamento de canais de participação da sociedade inaugurados com a Constituição de 1988 e a chegada da Covid-19. Para Lídia, ex-membro do GAV,

eu não entendia, e depois é que eu vou perceber essa ideia de... O fim da AIDS. Como isso enfraqueceu. Então, como eu estava fora, eu não vi em que momento que a coisa foi crescendo e que rompeu. Mas... O que eu percebo é a ideia de que existe um tratamento, a cronificação da doença. Ok, foi ótimo. E por outro lado, se perdeu do outro lado. Como que a gente vai conseguir os recursos para continuar na prevenção? (2023)

III –A EXPERIÊNCIA VIVIDA EM ATIVISMOS ENQUANTO FENÔMENO ANTROPOLÓGICO EM VICTOR TURNER

Victor Turner lutava contra preconceitos característicos das obras antropológico-monográficas, estudos comparativos e livros didáticos e contra uma desumanização sistemática dos sujeitos humanos ao considerá-los como PVHA de uma “cultura” impessoal a ser impressa com “padrões culturais”, ou determinada por “forças” psicológicas sociais, culturais ou sociais, constituindo “variáveis” ou “pressões” de vários tipos.¹⁰ O autor sustentava que a maioria dos modelos antropológicos de sociedade e cultura tendiam a ser embasados na ideologia e não na realidade social, ou a levar em conta a relação dialética entre eles, mesmo que a maioria dos antropólogos geralmente soubesse que existem diferenças entre normas ideais e comportamento real (Turner, 1987). Seu ativismo é oriundo dos

9 Conceito de João Biehl (2011), que critica a biomedicalização enquanto prioridade de tratamento.

10 O tema irrompe de modo marcante já em *Schism and Continuity in an African Society* [Cisma e continuidade em uma sociedade africana] (1957), seu livro de estreia no cenário antropológico, resultante da tese de doutoramento realizada nos anos 1950 sob a orientação de Max Gluckman.



Ndembu, ao pesquisar os rituais de Chihamba e Kavula.¹¹ O objetivo de Turner era decifrar as formas rituais e descobrir o que gera as ações simbólicas destes. A partir destas etnografias, Turner publicou *Betwix, between*¹²: *o período liminar nos ritos de passagem* (1964), *Símbolos no ritual Ndembu* (1958), *Floresta de símbolos* (1967) e *O processo ritual: estrutura e antiestrutura* (1969). (Cavalcanti, 2013).

Os rituais nada mais são do que pensamentos obsessivos e comportamentos compulsivos inseridos em normas ideais. São milenares pois se repetem em pensamentos e comportamentos, sendo transmitidos ao longo do tempo pela cultura. Dentro desta antropologia turneriana, que preconizava o livre pensar, não vislumbraremos obsessões e compulsões como categorias patológicas, pois muito da produção da humanidade e da própria antropologia foi fruto de obsessões e compulsões.

O mesmo podemos dizer do ativismo. Muitas conquistas de movimentos ativistas, vieram de obsessões e compulsões desenfreadas e necessárias. Portanto, sabendo que a intensidade do ativismo é proporcional à intensidade da obsessão e da compulsão, iremos colocar o ativismo dentro da categoria turneriana batizada de “gêneros simbólicos em sociedades de larga escala” (Turner, 1982, p. 24), que são os movimentos milenaristas, os hippies, os fracos e marginalizados e as ordens medicantes. Turner dá um salto em suas ideias e amplia o conceito de gêneros simbólicos para drama social, deslocando-o para materiais históricos e examinando processos revolucionários, crises políticas e peregrinações cristãs (Cavalcanti, 2013, p. 413). Sob este raciocínio, podemos inserir os movimentos negros, de mulheres, MST, trans, LGBTQIAPN+, anti-aids e muitos outros da contemporaneidade.

Todas as reflexões acima nos levam a questionar: “o ativismo em HIV/aids enquadra-se numa experiência vivida?” Além de revisitar Turner, esta inquietação corrobora a inquietação do nosso próprio tempo no sentido de tomar parte nas lutas contemporâneas. Quando se fala em “ativismo”, buscamos categorizá-lo apenas enquanto uma atividade política, mas, do ponto de vista turneriano, trata-se de um fenômeno político existencial que redundava numa experiência vivida mediante (1) algo que acontece ao nível da percepção; (2) compulsão de imagens de experiências do passado; (3) emoções pulsantes associadas aos eventos do passado; (4) o passado articulando-se ao presente; e (5) a experiência se completa através de uma forma de “expressão” ou performance. Segundo Turner, a performance completa uma experiência (Turner, 1982, p. 13-14). O ativista engendra esta performance buscando a apresentação de si no movimento com a intenção de transformar os valores simbólicos vigentes relativos ao movimento contra o qual se insurge e

11 Chihamba é um dos mais importantes rituais de cura, enquanto Kavula é um personagem liminar que surge como ser imaginado em narrativas ou como artefato.

12 Original betwixt and between. Uma indefinição entre uma coisa e outra.



nesta apresentação de si mesmo na vida cotidiana, o eu [self] é apresentado através da performance de papéis, através do desempenho que quebra papéis e ao declarar a um determinado público que se passou por uma transformação de estado e status, foi salvo ou condenado, elevado ou liberado. (Turner, 1987, p. 14)

O ativista em HIV/aids aqui em pauta enquadra-se, assim, nos conceitos turnerianos de “drama social”, “performance” e “experiência vivida”, nesta ordem. Os valores simbólicos envolvidos no ativismo, qualquer que seja ele, confrontam-se com os valores simbólicos que precisarão ser subjugados, de modo que o ativista, encarado enquanto ator social, torna-se personagem vívido, cheio de traços peculiares, características, qualidades e defeitos muito pessoais, e sua experiência vivida no desenrolar do drama social é subjetivada e produz reflexividade, podendo modificar o próprio sujeito e seu grupo (Cavalcanti, 2013, p.416). Da mesma maneira que indagamos se “o ativismo em HIV/aids enquadra-se numa experiência vivida”, poderíamos ter perguntado se “o ativismo em HIV/aids enquadra-se num drama social/performance vivida”, exatamente porque qualquer tipo de ativismo envolverá sempre um drama social, como pauta de uma latência de conflitos, uma performance, no sentido de ter em seu mecanismo um caráter simbólico, que originarão uma experiência vivida. Deste modo, os símbolos rituais – e aqui consideramos o ativismo como tal – “devem ser considerados não como constituintes, partes essenciais de algum complexo abstrato e atemporal, mas sim como sistemas dinâmicos de significantes, significados e modos mutáveis de significação em processos socioculturais temporais” (Turner, 1975, p.151). Por isso, o que é considerado ativismo hoje poderá não seê-lo amanhã. Para Roberto Maia, ex-gestor municipal de Aids,

o ativismo hoje que acontece na prática é o ativismo da cultura, da arte, da pessoa que foi fazer oficina lá na escola, e a menina de quinze anos dá uma aula para mim sobre Bolsonarismo. São esses jovens que estão lá muito mais antenados na rede social e também falam sobre isso no dia a dia que fizeram a transformação social nesse país. Inclusive eu acho que são muito mais organizados que o movimento social organizado, né? Nesse sentido eles são muito mais organizados. Eles são muito mais antenados. (2023)

IV – SER E ESTAR ATIVISTA: TRAZENDO AS COISAS DE VOLTA À VIDA

Embora não localizemos na obra de Tim Ingold referência a maquinações, conflitos e processos cosmopolíticos, vamos nos arvorar a sustentar que o ativismo em HIV/aids, enquanto movimento político existencial, pode sim trazer as coisas de volta à vida, ou seja, trazer de volta à vida um ativismo mais abrangente e participativo.



Após o impacto inicial, eminentemente decorrido da fundação da primeira ONG/aids de Campina Grande e da Paraíba, o GAV estruturou-se e engajou-se no movimento antiaids e, sensibilizando a sociedade local para a causa da solidariedade às PVHA. Mantinha intercâmbio com ONGs de outras cidades do país e cumpria um cronograma de ações de prevenção à epidemia vinculado aos principais eventos da cidade e ao calendário mundial.

Sabedores que somos de que o ativismo em HIV/aids surge de um drama social, repercutindo e engendrando uma experiência vivida, resta-nos saber agora se o mesmo traz as coisas de volta à vida a partir de alguns dos principais conceitos de Ingold.

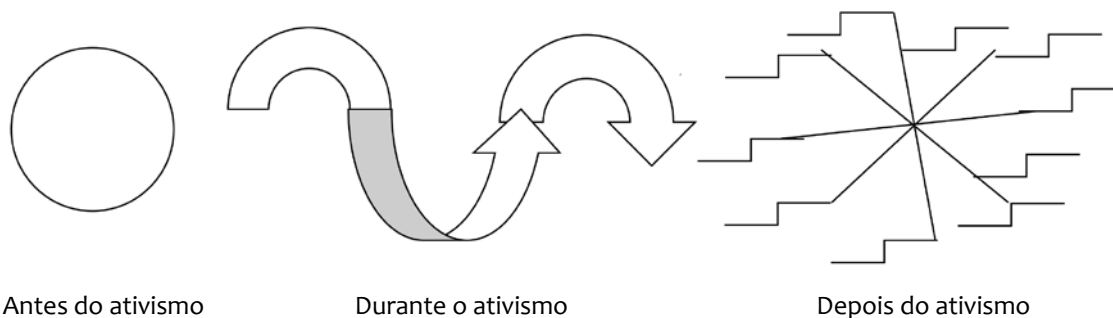
1 – Antropologia da vida: Conceito basilar e agregador de toda sua obra. No seu livro *Antropologia: para que serve?* (2019), Ingold defende que a antropologia não é apenas uma maneira de produzir ciência, mas uma maneira de valorizar, dar voz e dialogar com os outros, transformar vidas e de notar o outro em suas singularidades num mundo de múltiplas diferenças. O autor defende que a antropologia é um estudo “com” pessoas que possuem o potencial de transformar vidas, sendo esta sua aptidão maior. Na obra *Estar vivo* (2015), Ingold propõe que a antropologia descortine pressupostos dualistas e seus imperativos objetivistas, solapando os “grandes divisores” da modernidade e suas inquebráveis divisões entre natureza e cultura, sujeito e objeto, mente e mundo. Ao fazer isso, a antropologia se faz uma arte especulativa e imaginativa, dedicada a explorar as condições de vida humana no mundo e suas potencialidades, encarando os seres humanos como produtores de suas vidas, reconhecendo que “cada ser é instanciado no mundo como um caminho de movimento ao longo de um modo de vida” (2015, p. 26). No drama da aids, onde a morte social vem antes da biológica, o ativismo não se limita apenas à demanda por políticas públicas, mas também pelo respeito às singularidades, às múltiplas diferenças, pelo respeito à potencialidade da PVHA e pelo reconhecimento de que ela não é um mero depósito de medicamentos, mas antes de tudo produtora de sua própria vida.

2 – Objetos e coisas: Conceito que trouxe de Heidegger.¹³ O objeto coloca-se como um fato consumado; a coisa, por sua vez, é um “acontecer”, ou melhor, um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam. Ela tem o caráter não de uma entidade fechada para o exterior, que se situa no e contra o mundo, mas de um nó cujos fios constituintes, longe de estarem nele contidos, deixam rastros e são capturados por outros fios em outros nós. Numa palavra, as coisas vazam, sempre transbordando das superfícies que se formam temporariamente em torno delas (Ingold, 2012, p. 29).

¹³ Martin Heidegger (1889–1976) foi um filósofo, escritor, professor e reitor universitário alemão. É amplamente reconhecido como um dos filósofos mais originais e importantes do século XX. Em 1926 finalizou a primeira de suas grandes obras, *Ser e Tempo*, publicada em 1927. Nesse contexto, Heidegger usa a expressão *Dasein* (“Ser Aí”) para se referir à experiência de ser peculiar ao ser humano.



3 – Malhas e linhas: Conceitos da obra *Estar vivo*, de 2011.¹⁴ Partindo das linhas de vida, linhas de fuga e linhas de devir conforme Deleuze e Guattari, Ingold propõe que o entrelaçamento dos fluxos das linhas compreende a textura do mundo. *Estar vivo* é rastrear os caminhos do devir. O ativismo em HIV/aids é um entrelaçamento dos fluxos das linhas e compreende a textura do mundo. As linhas que podemos traçar para representar a vida não são aquelas ao longo das quais nada se move ou cresce. Pelo contrário, no ativismo a primazia é do movimento, da percepção, da criatividade e da habilidade, explorando suas interações e criando uma malha de linhas entrelaçadas.



Antes do ativismo, vivemos em nossa redoma existencial, fechados e ensimesmados enquanto o mundo está lá fora. A partir do ativismo, oscilamos e nos abrimos ao mundo. Não há mais dentro e fora num limite perimetral. Pelo contrário, durante o ativismo nos vemos numa trilha de movimento e crescimento ao longo da qual a vida é vivida. Por fim, depois do ativismo deveríamos nos atentar para a vida das coisas, ou melhor, para “trazer as coisas à vida” (Cardoso, 2016, p. 245). Apesar da aids ser uma doença cujo valor agregado foi o de morte antecipada e pânico moral, diante dela precisaremos sempre falar de vida. O ativismo vaza da rua para o cabaré, segundo Luza, Presidente da Apros:

A gente chega num cabaré, ela chama a gente: “eu estou sentindo isso, eu estou com uma dorzinha, eu preciso fazer o quê?”, “a camisinha estourou, ainda vamos fazer pep, fazer Prep?”. Isso eu acho muito massa, assim quando eu chego no cabaré, quando eles chegam lá na casa pra fazer o trabalho, que elas chamam a gente e a gente conversa. (2023)

¹⁴ *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição* (2011; ed. bras., 2015) é uma coletânea de ensaios, escritos e ministrados ao longo da primeira década do século XXI. As ideias do livro orbitam em torno das três palavras-chave que o intitulam, não sendo meras sequências de operações, mas sim compostos paralelos de um só processo, o do curso da vida.

V –O IMPACTO DO TEMPO NO ATIVISMO EM HIV/AIDS

O tempo físico, tal como comumente pensado pelos euro-americanos, está ligado à cronologia e à disciplina histórica, estando a percepção do tempo relacionada à experiência de cada pessoa. A experiência do tempo é fundamental na teoria de Johannes Fabian, para quem “o Tempo foi encapsulado em determinados sistemas sociais” (Fabian, 2013, p. 74). Ao sustentar que conhecimento é poder, Fabian embute a questão da temporalidade neste conhecimento, pois em cada tempo o sistema social tem uma forma própria de produzir conhecimento e exercer o poder.

De certa maneira, o GAV produziu novos sentidos sobre a doença. Com o passar do tempo, a pessoa vivendo com Hiv/aids, deixou de ser visto como uma inutilidade pública, e a noção adquirida pela quantidade de informações que se tinha sobre doença ou doente foi mudando paulatinamente. Como consequência, as pessoas foram se apropriando da luta. O grupo sofria preconceito e seus membros não recebiam nenhum incentivo para realizar suas atividades. A luta agregou, sob a égide da solidariedade, várias camadas da sociedade civil em sua diversidade moral e política: donas de casa, estudantes, analfabetos, democratas, progressistas, conservadores.

As pessoas assistidas pelo grupo moravam em cubículos com suas famílias nos bairros mais pobres da cidade. A cada visita tinha-se a certeza de que lutar contra a aids era lutar por melhores condições de vida. Por deliberação da assembleia do grupo, decidiu-se assumir o aluguel da moradia de alguns doentes. Essa foi uma época (1994-1996) de formalização das parcerias do grupo com segmentos da sociedade civil que caracterizavam o perfil assistencialista e filantrópico da entidade. Empresas, escolas particulares, profissionais liberais e até instituições religiosas, de modo oficial ou através de algum seu representante avulso, pagavam as despesas do GAV e o aluguel dos pessoas vivendo com HIV/aids.

Também foi a época dos eventos. Por exemplo, em 1995, o GAV participou do VII Enong¹⁵, na cidade de Salvador, onde apresentou as oficinas “Do teatro ao psicodrama: vivências positivas”, “Quem não se comunica se *instrumbica*” e a comunicação oral “Infecções bucais”. Já em 1996 o grupo participou do VIII Enong, em São Paulo, em uma mesa-redonda intitulada “Ativismo e Representatividade”.

A expressão “com o passar do tempo” e “foi uma época”, indicam que a luta antiaids foi e sempre será impactada pela questão geracional. “Com o passar do tempo” mudam as coisas-aqui no sentido de Ingold (2012, p. 29), onde a coisa é um “acontecer”, ou melhor, um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam, alterando, conseqüentemente, o ativismo e suas ações. Antes de ver o impacto no movimento

15 ENONG-Encontro Nacional de ONGs



antiaids, precisamos entender o que Fabian (2013) pensava sobre o tempo:

1 –O Tempo, assim como o dinheiro e a linguagem, é um condutor de significados, uma forma pela qual se definem as relações entre o Eu e o Outro.

2 –Sob as condições do modo de produção capitalista, o tempo pode construir relações de poder e desigualdade. Nesse sentido, o tempo vem sendo manipulado em consonância com a dinâmica das relações de poder.

3 –O Tempo Sagrado judaico-cristão é linear, diferentemente do tempo pagão, representado por um eterno retorno, o que coloca em questão a universalização da história, que nasce como a história de um povo eleito.

A partir disto, os antropólogos têm abordado três dimensões do Tempo. A primeira delas, “Tempo Físico”, corresponde a um vetor na descrição de processos socioculturais. A segunda diz respeito ao tempo em escalas ou medidas, desdobrando-se em duas abordagens: um “Tempo Mundano”, que aglutina períodos de tempo em grande escala, e um “Tempo Tipológico”, que cobre períodos de tempo não tão extensos e que possuem características comuns e opostas. A terceira abordagem corresponde ao “Tempo Intersubjetivo”, onde os participantes devem estar em uma mesma temporalidade ou coetaneidade.¹⁶ Em consequência, houve uma naturalização do tempo, a saber, do tempo geológico e biológico, amplamente sustentados pelo paradigma darwiniano da teoria da evolução. Nessa ótica, atribuiu-se um caráter espacial ao tempo, e, junto dos preceitos paleoarqueológicos contemporâneos a esta perspectiva evolutiva, foi definitivamente instituída uma tentativa de apreensão cronométrica do tempo.

Qualquer ativismo pressupõe uma causa que também sofrerá o impacto do tempo. Assim, o ativismo em HIV/aids muda com o tempo exatamente porque cada tempo tem sua forma de produzir causas que necessitam de ativismos para compulsá-los. Todas as relações temporais, contemporâneas, estão embutidas em sistemas sociais. A causa antiaids em si reflete uma práxis cultural, cotemporal, que já dura cinco décadas (1970-2020) e teve repercussões e desdobramentos diferentes dependendo da resposta dada pelos vários sistemas sociais. Portanto, o ativismo de hoje não poderá ser o de amanhã, já que a causa de luta hoje poderá não ser a de amanhã. Nesse sentido, o ativismo em HIV/aids sofre o impacto do tempo físico ligado a cronologia e evolução, apesar da coetaneidade entre causa e ativismo, pois a coetaneidade envolve o síncrono e o contemporâneo. Para Valdomiro, da ONG Cordel Vida,

O ativismo eu acho que mudou ao longo dos anos, eu acho que ele tem tomado outras formas, como a sociedade mudou também nesses 35, 40 anos de HIV na Paraíba, 35 anos de HIV na Paraíba, o ativismo também mudou,

16 Coetaneidade para designar a junção significativa das palavras contemporaneidade e simultaneidade/ sincronicidade, (Fabian, 2013, p. 10)



ao exemplo do Brasil, ao exemplo do mundo, então mudou a forma de se discutir AIDS, mudou a forma de lutar pelo direito das pessoas com HIV, pela prevenção, eu acho que o que mudou nesses 20 anos. (2023)

A coetaneidade não é um fato transcultural, indicando apenas que todas as relações temporais estão embutidas na práxis cultural, de modo que a causa e o ativismo em HIV/aids são práxis da cultura vigente e, por isso, coetâneos. Não há uma dualidade causa/ativismo, já que um não é maior que o outro. Não há uma ascendência ou hierarquia de importância. Esta é uma noção importante porque “se a ascendência – o elevar-se em uma posição hierárquica – está excluída, as suas relações devem se dar num mesmo plano: elas serão frontais”(Fabian, 2013, p. 179)A experiência do tempo entre a causa e o ativista para consolidar-se intersubjetiva, requer exercitar o reconhecimento mútuo de importância. Ainda de acordo com Valdomiro,

Os tempos são outros, mas eu acho que a gente precisa rediscutir isso tudo, como é que a gente vai passar para essas gerações novas, que estão chegando muito de forma digital, a história, essa história que é tão importante, o entendimento histórico desse processo de enfrentamento ao HIV (2023)

VI –DO ATIVISMO CONTEMPORÂNEO

Em 2019, propus ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB uma pesquisa de inserção etnográfica no movimento social antiaids da Paraíba, especificamente com instituições (ONGs) e ativistas que moram nas cidades de João Pessoa e Campina Grande, com o objetivo de (1) Mapear o campo do ativismo antiaids na Paraíba na atualidade: organizações, ativistas, espaços de atuação, canais de participação; (2) Reconstruir a memória do movimento no estado, a partir da análise de documentos e de entrevistas com atores-chaves, tanto os que estão no movimento na atualidade como aqueles que não se dizem mais ativistas; (3) Especificar as modificações do ativismo antiaids ao longo do tempo, numa perspectiva geracional, buscando perceber descontinuidades e mudanças nas agendas, na articulação com o Estado, nas formas de organização e modos de atuar, nas alianças com outros movimentos, nas articulações nacionais e internacionais; e (4) Precisar as concepções e práticas biopolíticas e ideológicas dos ativistas vinculados ao movimento antiaids pós-cronificação da doença e no contexto sócio-político e sanitário atual. Esses objetivos se relacionam com as seguintes inquietações: Quais as formas de organização atual, quinze anos após minha pesquisa anterior? Quais os desafios e impasses para o movimento? Qual sua articulação com outros movimentos nacionais e locais e sua área de influência? Como é a relação com o Estado? De que modo os atores desse



campo produzem memórias e esquecimentos? Como compreender a identidade do movimento hoje? Quais são os sujeitos que protagonizam a luta antiaids atualmente na Paraíba – que identidades, identificações e subjetividades são produzidas por esse ativismo?

Existir é estar em lutas e em ativismos. Estar vivo em ativismos é moldar memórias e identidades de luta. Qualquer ativismo pressupõe uma causa que também sofrerá o impacto do tempo. Assim sendo, é importante que o próprio movimento indique o que é ser ativista em HIV/aids na atualidade e, para colocar um marco inicial para a investigação, entendo este conceito como oriundo de um movimento social inserido em relações temporais e contemporâneas que se manifestam em sistemas sociais, posto que há um mundo social da aids exatamente porque a doença não está restrita apenas ao seu aspecto biomédico. Nesse sentido, Pelúcio (2009) e Santos (2007) conceitualizam “ativismo” como sendo a atuação dos sujeitos a partir da experiência individual e engajamento personalista (Carvalho, 2012).

Dessa forma, ser ativista envolve uma trajetória político-pessoal. Para Petrarca (2015), o movimento de luta contra a aids emerge de outros movimentos sociais envolvidos na luta pelo fim da ditadura, sendo fortemente marcado por uma diversidade de atores, basicamente especialistas (médicos, cientistas, pesquisadores), ativistas (lideranças do movimento LGBTQIAPN+) e grupos de pessoas vivendo com HIV/aids. Estes atores sociais estavam inseridos em espaços e saberes múltiplos, o que lhes permitia compartilhar certas concepções e, com isso, estarem expostos a mensagens e princípios ideológicos semelhantes. Corroborando essa percepção, Marli Soares, do Grupo Maria Quitéria, afirma:

E meu tempo de ativismo, foi praticamente da década de 80 para cá. Foi na construção de saber, conhecer, procurar conhecer e conhecer-se a si mesmo. [...] A gente não conhecia o que era racismo, o que era lesbofobia. Não tinha essa ideia de que era homofobia. Ninguém falava isso. Isso foi durante muitos anos. Tudo começou a partir dessa chegada da Aids (2024)

As ONGs eram a voz da participação e foram sendo fundadas numa conjuntura que se confundia com a retomada na sociedade brasileira do direito à liberdade de expressão, a consolidação da redemocratização, a reorganização social através de partidos políticos, movimentos sociais e do movimento de identidades das “minorias sociais”: mulheres, negros e homossexuais (Farias, 2006, p. 49). Obviamente, “ativismo” está para além das ONGs, mas houve um tempo no qual ativistas as fundaram e estavam imbricados visceralmente nelas, como uma identidade, uma digital, algo intrínseco ao movimento. Castro e Silva (2005, p. 44) afirmam que

[As ONGs] Ensaíavam novas formas de construção de cidadania e de participação nos poderes da sociedade, ao passo que se reviam as formas de fazer política e o papel dos grupos “minoritários” – quanto ao reconhecimento social de seus direitos – notadamente mulheres, determinados grupos étnicos, homossexuais e populações pobres.

Este ativismo se deu no movimento através das instituições da sociedade civil que transversalizou e atravessou essas mesmas instituições e, concomitantemente, massificou a criação de ONGs, de modo que estas se confundem com o avanço das descobertas sobre a doença e também com a epidemiologia relacionada à notificação dos casos e melhoria da qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/aids. Para Câmara e Lima (2000, p. 39), “com o crescente aumento da epidemia, foi inevitável o surgimento de ONGs com o propósito de trabalhar especificamente com aids”.

O associativismo institucional¹⁷ também foi uma forma de luta que se deu através do surgimento das Redes de Pessoas vivendo com HIV/aids (RNP+).¹⁸ Para Rich (2021, p. 59),

as redes são planas, os líderes não têm autoridade para negociar em nome de seus membros, favorecem a tomada de decisão consensual e são descentralizadas, privilegiando a comunicação e a coordenação no nível local.

Havia uma divisão intrínseca no movimento em muitos estados entre associações de PVHA e outras não específicas, muitas vezes institucionalizadas, em duas representações, como ocorreu também na Paraíba: o Fórum de ONGs/aids da Paraíba e a Articulação aids da Paraíba (AAP).¹⁹ As entidades do Fórum de ONGs/aids da Paraíba, romperam entre si e as dissidentes criaram, através de nota divulgada em 22 de Março de 2005, a Articulação aids da Paraíba. Atualmente, apenas o Fórum continua em funcionamento, e a RNP+ está em reestruturação na Paraíba.

17 Sobre o assunto, ver Rich (2021).

18 Fundada em 1995, durante a realização do V Encontro Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/aids, a RNP+ tinha como objetivo a aglutinação de pessoas soropositivas para o seu fortalecimento em todo o território nacional, assim como o início de uma capacitação política, técnica e solidária para que surgissem novas lideranças a fim de atuarem em suas localidades junto aos seus governos e comunidades. Mais informações em: rnpvha.org.br.

19 O Fórum foi fundado em 2000, mas em 2005 desmembrou-se. As ONGs que compuseram a AAP foram os núcleos de João Pessoa, Campina Grande e Cajazeiras da Rede Nacional de PVHA (RNP+), o Grupo de Apoio à Adesão e ao tratamentos (Gaat), de Bayeux e o Grupo de Apoio à Vida (GAV), de Campina Grande. Destas, apenas o GAV continua em funcionamento.



6: Por fim, notifica, sobretudo a Secretaria de Estado da Saúde, Coordenações Estadual e Municipais de DST/AIDS que, a partir desse momento, toda e qualquer discussão, ação e/ou atividade relacionada à questão da AIDS, em âmbito paraibano, seja assegurada a participação efetiva da ARTICULAÇÃO AIDS NA PARAÍBA, como forma representativa legítima das Instituições já mencionadas.

Campina Grande – PB, 22 de março de 2005.

Foto fragmento de manifesto de lançamento da Articulação Aids da PB]

Compreendo que o ativismo atual não é o “revolucionário” (Bastos, 2002, p. 57) e, por isso, dialogo com autores que entendem o que é ser ativista em HIV/aids na contemporaneidade e como eles e o movimento como um todo são percebidos pela sociedade. O movimento já se fez enquanto bioidentidade de luta contra a aids e seu itinerário ativista na pós-cronificação da doença, mas e agora? Presenciamos atualmente a junção da sociedade conservadora com a liberal, gerando um neoconservadorismo neoliberal que impacta o movimento porque o polariza com as pautas de costumes da sociedade, subtraindo de seus princípios a ideia de solidariedade, colocando a luta em uma bolha ou gueto militante, e fortalecendo a ideia de uma luta segmentada e fracionada, que exclui o restante da sociedade. No contexto de uma sociedade hipermercantilista como a nossa, as situações do cotidiano, os sentimentos e os pensamentos daí decorrentes estabelecem e induzem comportamentos caracterizados por dicotomias, locais, rótulos e categorias: ricos x pobres, conservadores x liberais, pessoas vivendo x não vivendo com HIV/aids, por exemplo. Para Valdomiro, ativista da ONG Cordel Vida,

este ativismo é de todos nós, porque a epidemia existe, ela é real, ela é presente e ainda mexe com o imaginário e com a vida de muita gente, então é preciso que a gente tenha mais atores e mais pessoas para contribuir nessa luta contra essa epidemia a favor da vida e a favor das pessoas. (2021)

As mudanças vivenciadas pelas sociedades nos últimos dois séculos, no que diz respeito às formas de vida e do viver, da morte e do morrer, relacionadas a saúde, educação e economia, desencadearam novas concepções e configurações quanto à abordagem das vidas existentes. A preocupação maior é o fato de que houve no Brasil um movimento de ruptura institucional com a política de direitos humanos das PVHA e população LGBTQIAPN+, por meio do congelamento desta pauta por pelo menos quatro anos. É preciso resgatar minimamente a noção de que o respeito a esta pauta é importante e necessário como política de Estado e não de governo, seja ele qual for.



Na transição do século XX para o XXI, as ONGs/aids passaram por um sucateamento que as obrigou a adotar estratégias híbridas que nortearam as novas identidades do movimento. O Brasil, através de parcerias com organismos internacionais, executou três projetos, já referenciados. Os projetos AIDS I e AIDS II desenvolveram sobretudo ações de prevenção em HIV/aids, enquanto o AIDS III foi direcionado para o fortalecimento dos gastos do PNDST/AIDS com o monitoramento e avaliação das ações e introdução de novas tecnologias no campo de vacinas e tratamento, além da melhoria da cobertura e da qualidade das intervenções de prevenção e assistência (Pereira; Nichiata, 2011, p. 3254). As ONGs/aids paraibanas abraçaram a proposta, mas o fim do AIDS III representou o fechamento de muitas delas.

A execução de projetos proporcionou uma expansão do ativismo. Os projetos também bancavam os custos da sede e de pessoal, não sendo diferente na Paraíba. As ONGs tinham vida orgânica, sede física, estrutura administrativa e, com a diminuição dos recursos, algumas deixaram de priorizar a aids, enquanto outras tiveram que se reestruturar, principalmente as ONGs/aids. O ativismo constrói história, identidade e memória de lutas. Histórias das trajetórias pessoais e de grupos ativistas, identidade pessoal e ideológica do ativismo, memórias de ativistas, de projetos, de demandas, de rupturas biográficas e de produção científica acerca da temática. Estas memórias vão moldando o movimento e criando sua identidade que hoje é caracterizada por pela junção de mobilização estatal e social num corporativismo cívico e de governança democrática.

O ato de fazer memória vem inscrever-se na lista dos poderes, das capacidades, que dependem da categoria “eu posso”, para retomar a expressão de Merleau-Ponty comentada por Paul Ricoeur (2007, p. 71): “Eu posso falar, eu posso agir, eu posso (me) contar, eu posso imputar minhas ações a mim mesmo como seu verdadeiro autor”. Este é o lugar da luta contra a aids: lugar de legitimidade, memórias e esquecimentos. O movimento fez-se numa conjuntura coletiva de luta, agregando especialistas, acadêmicos,, ativistas e grupos de pessoas vivendo com HIV/aids– e aqui na Paraíba não foi diferente.

O braço da academia permaneceu aliado após a cronificação da doença. O ativismo em HIV/aids, fruto de um movimento social, é um estado consciente de mobilização e envolvimento coletivo ou institucional dirigido à luta contra a aids. O atual movimento antiaids na Paraíba possui uma relação institucional proveitosa com o Estado, configurada em ações institucionais em praças públicas, oferecendo serviços de exames rápidos e orientação sobre HIV/aids e outras doenças sexuais infecciosas, em datas importantes ao longo do ano que ensejam campanhas, numa coalização característica na qual se percebe uma forma de ativismo presencial, fragmentado, em



crise pela falta de engajamento de uma parte da sociedade, embora forte no ativismo digital. Para Joseilton Brito, membro do GAV,

As redes sociais são um instrumento bastante importante. Para a mobilização, para a aglutinação, para a agregação, para muita coisa. Ela pode também desagregar, desmobilizar. Isso vai depender de como a gente usa esse instrumento, essa ferramenta (2023).

Paralelamente, o movimento é tanto moldado como molda a memória e sua identidade de luta através de ações e atividades de rua e no meio digital. Falta a ele ampliar as alianças, retomar as convergências, identificar a quem interessa o ativismo, quem o acessa e o que ou quem pode unificá-lo. Viver é experienciar a história e a coletividade. É fazer desta experiência um instrumental pela vida. Para isso precisamos da memória do cotidiano e da triangulação história, identidade e esquecimento. E nesta ordem, porque nós nascemos, fazemos nossa história, exercemos uma identidade, construímos nossas memórias, acessamos memórias alheias (independentemente do tipo de acesso) e caímos no esquecimento, lembrando do pedido na canção de Toquinho: “não me esqueça num canto qualquer”. Portanto, é exatamente assim que percebemos a luta contra a aids: enquanto parte da história e da coletividade. E essa luta não acabou.

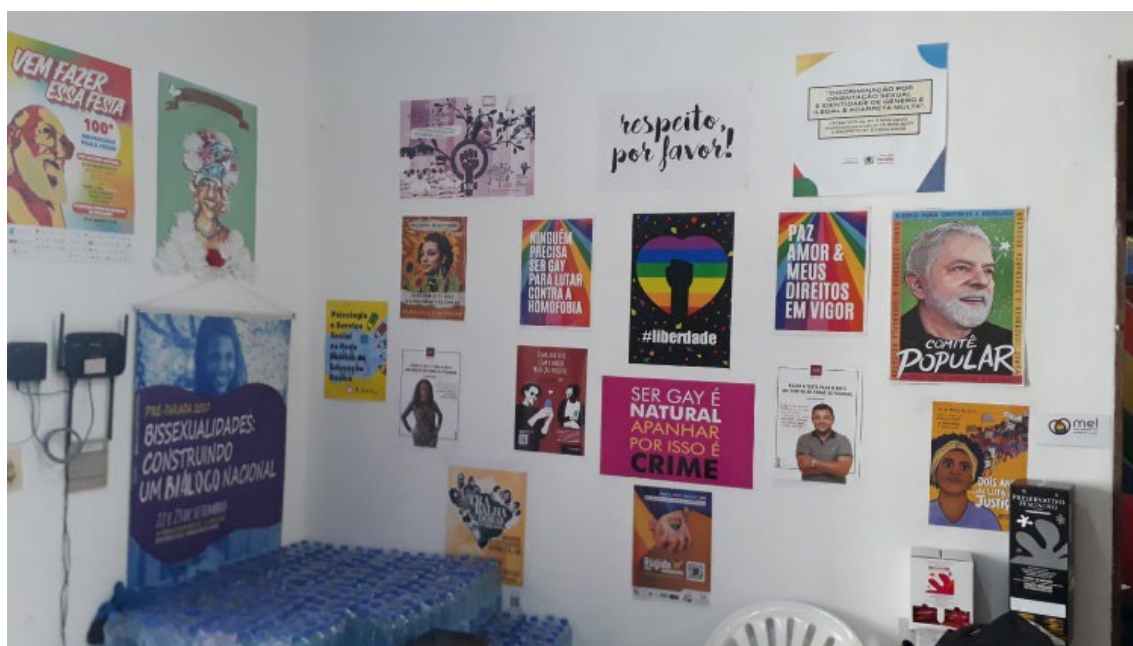
À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratamos da memória e do ativismo atual em HIV/aids a partir de uma interface entre conceitos básicos presentes nas obras de Victor Turner, Tim Ingold e Johannes Fabian, respectivamente: experiência vivida; trazer as coisas de volta à vida e tempo e temporalidade,. O ensaio buscou responder, em quatro tópicos, se (1) O ativismo em HIV/aids enquadra-se numa experiência vivida?; (2) O ativismo em HIV/aids traz as coisas de volta à vida?; e (3) Qual o impacto geracional sobre o ativismo antiaids?

Todas as discussões nos levam a sustentar que nenhum movimento social, causa ou ativismo estará imune aos vícios e problemas existentes em todas as relações sociais inseridas em sistemas e organizações políticas. Notadamente, a coetaneidade sempre será negada, os dualismos serão invocados e as hierarquias serão resgatadas, mas é necessário que os movimentos sociais atuem com responsabilidade ética, e que a antropologia, cada vez mais, seja capaz de fornecer um arcabouço teórico que se sucede de modo a não eliminar os demais, amplie suas possibilidades acadêmicas e epistemológicas sem negar ao outro – movimentos sociais, causas ou ativismos – o direito de ser coetâneo.



A conjuntura atual da resposta brasileira ao HIV/aids ainda tenta se desgarrar de uma antiagenda caracterizada pela disseminação do “vírus ideológico” que suplanta o biológico, fomentada por uma guinada conservadora que pode ser associada à censura a materiais especializados que dificultam a narrativa dos direitos humanos, gênero, sexualidade e saúde, o que acaba por obstaculizar o trabalho de prevenção e cuidado nesta área. E tudo isso acrescido da orientação neoliberal socioeconômica que vem afetando respostas institucionais. Na Paraíba essa conjuntura é também sentida, embora o cenário político apresente nuances importantes a serem destacadas em relação ao macrocenário nacional.



Cartazes da luta. – ONG Movimento do Espírito Lilás (MEL)/
João Pessoa, setembro de 2022

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Valdomiro. **Valdomiro Araújo**: depoimento [mar.2021]. Entrevistador: M. Farias. João Pessoa. 2021.2023.google meet. Interlocução concedida ao Projeto de Doutorado “Esse ativismo é de todos nós: memória e identidade do movimento social em HIV/aids na Paraíba”. PPGA-UFPB/JP.
- ARAÚJO, Valdomiro. **Valdomiro Araújo**: depoimento [set. 2023]. Entrevistador: M. Farias. João Pessoa. 2021.2023.google meet. Interlocução concedida ao Projeto de Doutorado “Esse ativismo é de todos nós: memória e identidade do movimento social em HIV/aids na Paraíba”. PPGA-UFPB/JP.
- ARNAUD, Lúcia. **Lúcia Arnaud**: depoimento [set. 2023]. Entrevistador: M. Farias. João Pessoa. 2023. google meet. Interlocução concedida ao Projeto de Doutorado “Esse ativismo é de todos nós: memória e identidade do movimento social em HIV/aids na Paraíba”. PPGA-UFPB/JP.
- BASTOS, Cristina. **Ciência, Poder, Ação**: as respostas à SIDA. Portugal: Imprensa de Ciências Sociais, 2002
- BIEHL, João. Antropologia no campo da Saúde Global. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 257-296, jan./jun. 2011.
- BRITO, Joseilton. **Joseilton Brito**. depoimento [ago. 2023]. Entrevistador: M. Farias. João Pessoa. 2023.google meet. Interlocução concedida ao Projeto de Doutorado “Esse ativismo é de todos nós: memória e identidade do movimento social em HIV/aids na Paraíba”. PPGA-UFPB/JP.
- CÂMARA, Cristina; LIMA, Ronaldo de. M. Histórico das ONGs/Aids e sua contribuição no Campo das Lutas Sociais. **Cadernos ABONG**, São Paulo, n. 28, p. 29-74, out. 2000.
- CARDOSO, Thiago Mota. Por uma antropologia imersa na vida. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, Araraquara**, n. 21, p. 241-250, Jul./Dez.2016.
- CARVALHO, Átila Andrade de. **O campo das ONG/Aids**: etnografando o ativismo em João Pessoa. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Respostas aos desafios da aids no Brasil**: limites e possibilidades. Brasília: Unesco; Ministério da Saúde, 2005.
- CAVALCANTI, Maria L. V. de Castro. Drama, ritual e performance em Victor Turner. **Sociologia & antropologia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6: p. 411-440, nov. 2013.
- FABIAN, Johannes. **O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- FARIAS, Maio Spellman Quirino de. **Terceiro Setor em HIV/AIDS**: mapeando o ativismo social na contemporaneidade. Dissertação Mestrado em Psicologia – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.
- HUR, Domenico Uhng; Sandoval, Salvador; Dantas, Bruna Suruagy do Amaral. Psicologia política: teorias e sociedade em transformação. In Sandoval, Salvador Antonio



Meirelles; HUR, Domenico Uhng; Dantas, Bruna Suruagy do Amaral(org). **Psicologia política**: temas atuais de investigação. Campinas: Ed. Alínea, 2014, p .5-11.

INGOLD, Tim. **Antropologia: para que serve?** Tradução de Beatriz Silveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. São Paulo: Vozes, 2015. pags.241-250.

INGOLD, Tim. Trazendo as Coisas de Volta à Vida: Emaranhados Criativos num Mundo de Materiais. **Horizontes Antropológicos**, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

LUZA, Maria. **Maria Luza**: depoimento [Maio.2023]. Entrevistador: M. Farias. João Pessoa. 2023.google meet. Interlocação concedida ao Projeto de Doutorado “Esse ativismo é de todos nós: memória e identidade do movimento social em HIV/aids na Paraíba”. PPGA-UFPB/JP.

MAIA, Roberto: **Roberto Maia**: depoimento [Maio. 2023]. Entrevistador: M. Farias. João Pessoa. 2023.google meet. Interlocação concedida ao Projeto de Doutorado “Esse ativismo é de todos nós: memória e identidade do movimento social em HIV/aids na Paraíba”. PPGA-UFPB/JP.

PELBART, Peter Pál. **A vertigem por um fio**: políticas da subjetividade contemporânea. São Paulo: Iluminuras, 2000.

PELUCIO, Larissa. Ativismo Soropositivo: A Politização da Aids. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 9, p. 119-140, 2009.

PEREIRA, Adriana Jimenez; NICHATA, Lúcia Yasuko Izumi. A sociedade civil contra a AIDS: demandas coletivas e políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 7, pp. 3249-3257, 2011.

PETRARCA, Fernanda Rios. A luta contra a Aids: uma causa, múltiplos saberes. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 12, n. 23, p. 91-114, jun. 2015.

RICH, Jéssica Alexis Jolicoeur. **Ativismo patrocinado pelo Estado**: burocratas e movimentos sociais no Brasil democrático. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SANTOS, Tiago Moreira dos. Ativistas e Ativados: Subjetividade e Política no Movimento de Soropositivos no Paraná. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 9, n. 1-2, p. 144-168, 2007.

SOARES, Marli. **Marli Soares**: depoimento [Mar. 2024]. Entrevistador: M. Farias. João Pessoa. 2023.google meet. Interlocação concedida ao Projeto de Doutorado “Esse ativismo é de todos nós: memória e identidade do movimento social em HIV/aids na Paraíba”. PPGA-UFPB/JP.

TURNER, Victor W. **From Ritual to Theatre**: The Human Seriousness of Play. New York: PAJ Publications, 1982.



TURNER, Victor W. "Symbolic Studies". **Annual Review of Anthropology**, Vol. 4. pp. 145-161. 1975.

TURNER, Victor W. The Anthropology of Performance. In: **The Anthropology of Performance**. New York: PAJ Publications, 1987. p. 1-36.

